



Número: **0817168-31.2018.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **06/09/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ERICA AYARA OLIVEIRA DE AQUINO (AUTOR)	HELIA CRISTINA DE QUEIROZ CHAVES (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)	LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
51018 756	21/11/2019 11:25	<u>Sentença</u>	Sentença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
0817168-31.2018.8.20.5106
Alameda das Carnaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0817168-31.2018.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: AUTOR: ERICA AYARA OLIVEIRA DE AQUINO

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Ementa: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.
AÇÃO DE COBRANÇA.
INDENIZAÇÃO.SEGURO OBRIGATÓRIO POR
ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR
(DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE.
APLICAÇÃO DOS ARTS. 3º, § 1º, INCISOS I E II
DA LEI 6.194, DE 19.12.1974, COM A INOVAÇÃO
DA LEI Nº 11.945/2009, VIGENTE DESDE 16 DE
DEZEMBRO DE 2008. INTELIGÊNCIA DA
SÚMULA Nº 544 DO STJ. REVELIA DA PARTE
RÉ. LAUDO DE EXAME DE CORPO DELITO
CONCLUSIVO PELA DEFORMIDADE
PERMANENTE NA VÍTIMA. QUANTIFICADO O
PERCENTUAL DE DEBILIDADE PARCIAL DO
TORNOZELO ESQUERDO EM 10%, CONFORME
ANEXO À NOVA REDAÇÃO DA LEI Nº
6.194/1974. CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A
DATA DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 580 DO
STJ). JUROS DE MORA INCIDENTES DESDE A
CITAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.
EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO
DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART.487, I, DO
CPC.



Vistos etc.

1- DO RELATÓRIO:

Cuidam-se estes autos de Ação de Cobrança, ajuizada sob o píloto da gratuidade da justiça (art. 98 do CPC/2015), por **Erica Ayara Oliveira de Aquino**, em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, ambos devidamente qualificados nos autos, objetivando receber o pagamento do capital de seguro obrigatório DPVAT por invalidez, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), em face de acidente com veículo automotor, ocorrido 23/03/17, por volta das 22:38hs, resultando-lhe seqüelas físicas permanentes.

Em decorrência das lesões sofridas, a parte autora pleiteou pela seara administrativa a indenização, o que obteve resposta negativa, não recebendo nenhum valor na referida seara, como se observa no ID. Num. 31627259.

Com a ação, foram anexados os documentos necessários à propositura da ação.

No despacho de ID. Num. 31752754, foi deferido o pedido de gratuidade judiciária.

Mesmo citada a parte autora quedou-se inerte e não apresentou nenhuma peça de defesa, conforme se observa certidão de ID. Num. 41464352.

Decisão decretando a revelia da demandada em ID. Num. 41557039.

Ato ordinatório designando data e hora para a realização de prova pericial. (ID. Num. 44695182)

Laudo pericial anexado aos autos em ID. Num. 48527850.

Ambas as partes manifestaram-se acerca do laudo pericial (ID. Num. 50993903).

Assim, vieram os autos conclusos para deslinde.

2- DA FUNDAMENTAÇÃO:

Pretende a parte autora receber indenização relativa ao Seguro Obrigatório DPVAT, decorrente de acidente com veículo automotor em que fora vítima, e que provocou lesões incapacitantes permanentes, encontrando essa pretensão amparo nos arts. 3º, § 1º, incisos I e II, e 5º da Lei 6.194, de 19.12.1974, com a inovação da Lei nº 11.942/2009, vigente desde o dia 16.12.2008 (art. 33, IV, "a", do aludido diploma legal), e que se aplica para acidentes ocorridos antes e após a sua entrada em vigor, segundo entendimento já sumulado (544) pelo egrégio Superior Tribunal de Justiça, a saber:

É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.

Assim, dispõem os aludidos dispositivos legais, litteris:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...)



II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; (...)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais."

"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".

Note-se que o art. 5º da Lei nº 6.194/1974 consagra a responsabilidade objetiva da companhia seguradora, posto que dispensa a comprovação da culpa para o pagamento da verba indenizatória postulada, exigindo apenas a prova do acidente (boletim de ocorrência do acidente de trânsito em ID. Num. 31627135) e do dano, este, consistindo nas lesões advindas do sinistro que resultaram no estado de incapacidade permanente do autor, devidamente provado pelo laudo de ID. Num. 48527850.

Em manifestação ao laudo (ID. 4887247) a demandada alega que não há qualquer documento capaz de comprovar a invalidez alegada pela parte autora, entretanto, percebe-se que no próprio petitório inicial o autor alega que o autor padece de politrauma, juntando, para isso, prontuário médico de atendimento, além disto, o perito

Merce destaque, ainda, que a parte ré quedou-se inerte quando citada para apresentar peça de defesa, razão pela qual foi decretada a revelia através de posterior decisão. Desta feita, presumir-se-ão verdadeiras as alegações da parte autora quanto à matéria fática alegada pela mesma.



Em manifestação ao laudo (ID. Num. 42057369), a demandada alega que não há qualquer documento capaz de comprovar a invalidez alegada pela parte autora, entretanto, percebe-se que no próprio petitório inicial o autor alega que o autor padece de poli trauma, juntando, para isso, prontuário médico de atendimento, além disto, cumpre destacar, que o próprio laudo pericial produzido nos autos demonstra a extensão da lesão sofrida, não havendo razões plausíveis para desconsiderá-lo uma vez que o mesmo não encontra-se eivado de vícios de qualquer natureza, além de ser realizado por perito médico com conhecimentos técnicos necessários à devida gradação da lesão dentro dos parâmetros da tabela instituída pelo anexo da Lei nº 11.945/2009.

A propósito da extensão das lesões, observou-se que o grau de invalidez apurado corresponde ao comprometimento parcial do **tornozelo esquerdo** em 10%, resultando, segundo o anexo instituído na Lei nº 11.945/2009, na obrigação de pagar ao (à) segurado(a) o valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Logo, faz jus o autor à indenização prevista nos arts. 3º, § 1º, incisos I e II, e 5º da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com a redação que lhe fora dada pela lei 11.945/2009, no valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), ao qual se devem acrescer juros de mora, no patamar de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, e correção monetária, com base no INPC-IBGE, a contar da data do evento danoso, conforme tese consolidada no Superior Tribunal de Justiça, na súmula 580, a qual estabelece:

“A correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/74, redação dada pela Lei 11.482/07, incide desde a data do evento danoso”

3- DO DISPOSITIVO:

Do exposto, na conformidade do art. 487, inciso I, do Código de Ritos, extinguo o processo com resolução do mérito, julgando PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial por ERICA AYARA OLIVEIRA DE AQUINO para condenar a ré SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT a pagá-la o valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) referente ao capital DPVAT, acrescido de correção monetária, com lastro no INPC-IBGE, a partir do evento danoso, e juros de mora, incidentes a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês.

Neste sentido, condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em R\$ 700,00 (setecentos reais), nos termos do Art. 85, § 8º, do CPC.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

MOSSORÓ/RN, 19 de novembro de 2019

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

